

Esplendor e sigilo: o Brasil na cartografia portuguesa dos séculos 16 e 17

André Monteiro de Barros Dorigo

O presente artigo tem por objetivo analisar as representações da terra brasileira a partir de mapas portugueses traçados entre os séculos 16 e 17. Além disso, buscou-se compreender a mentalidade dos portugueses nos primeiros tempos da colonização do Brasil, a qual levaria a um tipo de representação peculiar da terra brasileira.

Cartografia, História da Arte, Antropologia da Arte.

O presente artigo tem como base minha dissertação de mestrado¹ e aborda a cartografia² realizada pelos portugueses como uma forma de arte, fonte de imagens da terra brasileira. Considero que os mapas lusos assumem um grande valor para o estudo da História da Arte no Brasil. Afinal, por quase três séculos, os portugueses – ao contrário de franceses e holandeses – praticamente não pintaram vistas panorâmicas da região. Portanto, procuro analisar o desenvolvimento da cartografia portuguesa no século 15, a qual teria semelhanças com as novas concepções espaciais da pintura do Renascimento italiano. Em seguida, busco identificar características que aproximem obras de diferentes autores lusos, no período entre os séculos 16 e 17, para apontar a influência da mentalidade portuguesa nas representações da terra brasileira. Entretanto, seria necessário compreender, primeiramente, o processo da expansão oceânica lusa. Afinal, como sustenta o historiador Paulo Knauss, “em sendo imagem do espaço, mapas e plantas são produtos de sua circunstância histórica contraditória e complexa”.³

Os descobrimentos portugueses duraram quase dois séculos e se estenderam pelos sete mares e pelos cinco continentes. Para tal empreendimento, contava a favor de Portugal sua geografia, entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico, além de sua estabilidade

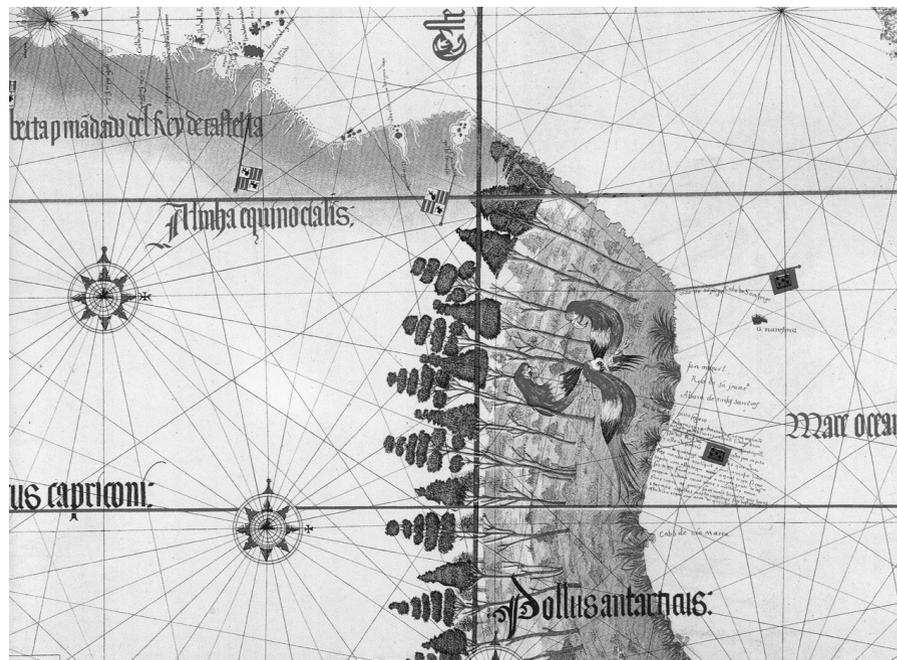
política, fator raro entre os reinos vizinhos. Portugal foi o primeiro Estado moderno europeu, e a dinastia de Avis, iniciada com D. João I (1356-1433) em 1383, tinha o apoio da Igreja e da burguesia mercantilista. A vitória sobre a cidade africana de Ceuta, em 1415, seria a primeira de muitas conquistas do império português, o qual só findaria com a devolução de Macau à China, em 1999. Se não há como negar que interesses econômicos, além de militares e políticos, moveram os portugueses a empreender suas viagens ultramarinas, também seria verdade que um estado de espírito os impulsionava a arriscar suas próprias vidas em prol de um objetivo comum, de cunho patriótico e antiislâmico. Afinal, como afirma o professor Arthur César Ferreira Reis, “a era oceânica (...) teve, e essa é a verdade irreversível, como seu principal criador, o povo de Portugal, para isso empenhado em todos os recursos disponíveis e com uma ousadia quase inacreditável”.⁴ Os lusos teriam sido influenciados pela crença numa Terceira Idade: um período de felicidade terrena antes do Juízo Final, em que o cristianismo se espalharia por todo o mundo.⁵ Essa crença teria sido disseminada em Portugal pela festa do Espírito Santo, introduzida pelos franciscanos na época do rei D. Dinis (1261-1325). Agregando todas as classes sociais, esse culto reafirmava a identidade lusa e pode ter preparado os alicerces de uma nova cruzada dos portugueses,

em pleno século 15. Entretanto, não foi somente a fé que os moveu. A dúvida fazia com que avançassem cautelosamente pela costa africana, enquanto aprimoravam seus conhecimentos náuticos e afastavam os medos do mar. Por exemplo, tanto a fé quanto a dúvida estariam presentes em D. Henrique (1394-1460). Filho do rei D. João I, era mestre e administrador da poderosa Ordem de Cristo – que fora criada em 1319 para substituir a extinta Ordem dos Templários –, tornando-se o patrocinador das primeiras expedições lusas. Católico fervoroso e defensor do espírito de cruzada, o infante era um estudioso de matemática e de astronomia, reunindo grandes navegadores e sábios em torno de si. Aos olhos contemporâneos, essa combinação entre crença medieval e empirismo renascentista poderia ser considerada esdrúxula. Entretanto, poderia significar a esperança na vida terrena, característica de uma Terceira Idade, época tanto do espírito como do intelecto. Essa fé daria a certeza de que, na busca de seus desígnios, nada os impediria.

O principal objetivo de D. Henrique era descobrir a verdade sobre as terras que existiam além das ilhas Canárias e a respeito das quais, até então, não havia ninguém na cristandade que tivesse informações. Com o tempo, Portugal não apenas revolucionou as práticas de navegação européias, mas também a geografia registrada em seus mapas. Os lusos foram herdeiros de uma tradição cartográfica medieval, as cartas-portulano.⁶ Feitas em pergaminho, eram muito úteis para a navegação mediterrânea e foram aperfeiçoadas para as viagens oceânicas. Isso foi possível graças à redescoberta da obra de Cláudio Ptolomeu (século 2), aliada a suas próprias experiências no mar. Desse modo, acabaram por desenvolver um novo tipo de carta, que corrigiu e ampliou os mapas da Antiguidade e da Idade Média. Num mesmo contexto histórico, pode-se observar que os pintores do *Quattrocento* italiano também realizavam experimentos que desembocariam num novo sistema pictórico, capaz de demarcar em profundidade o espaço bidimensional. Um de seus principais teóricos foi Leon Battista Alberti (1404-1472) que, baseado na geometria de Euclides (século 3 a.C.), adota a noção de perspectiva linear na pintura. A elaboração tanto

de mapas como de pinturas correspondia, portanto, ao desejo do homem europeu de conquistar o espaço. Em linhas gerais, o mapa teria a intenção de condensar o espaço em um único plano, a pintura, de expandi-lo até o infinito. Mesmo reconhecendo suas diferenças, pode-se perceber que italianos e portugueses tiveram em comum a influência dos textos clássicos e o uso da experiência como base de suas atividades. Pode-se inferir que, em vez de uma ruptura, a Renascença teria sido o resultado de um longo processo lavrado na Idade Média e, mais ainda, como alguns historiadores lusos sustentam, os descobrimentos teriam sido o Renascimento português. Entretanto, o sistema perspectivo desenvolvido pelos pintores italianos não poderia ser considerado uma verdade absoluta, uma lei permanente. Nem mesmo os mapas seriam documentos estritamente científicos, podendo com frequência obedecer a propósitos subjetivos, como será visto posteriormente.

A Coroa lusitana, tentando preservar os conhecimentos adquiridos em suas viagens, manteve a prática medieval de produzir mapas manuscritos. Além disso, instituiu a política de sigilo em torno dos descobrimentos, com a proibição da saída de cartas para outros países e a pena de morte para os infratores. Essa política faria uso da espionagem e, principalmente, da contra-espionagem, que visava até à divulgação de lendas e notícias falsas sobre regiões que pretendia ocultar. No entanto, a chegada dos portugueses à Índia fez com que os estrangeiros procurassem, a qualquer preço, cartas que registrassem os novos descobrimentos. Naquela época, estava em Lisboa um espião italiano, chamado Alberto Cantino, que realizou o primeiro suborno de um cartógrafo luso. Em 1502, Cantino enviou para a Itália um planisfério desenhado e iluminado sobre pergaminho, em que constavam todos os descobrimentos lusos até aquele ano. Não se sabe quem executou tal carta, que, por isso ficou conhecida como planisfério Cantino. Nele, o litoral africano está muito bem traçado, além de apresentar o desenho do oceano Índico baseado em medições de navegadores como Vasco da Gama. Nesse planisfério também consta a primeira representação lusa, até então conhecida, do Brasil, ou melhor, Terra de Vera Cruz: diversas árvores e três araras



multicoloridas. Em um primeiro momento, pode-se inferir que estariam representados dois artigos de valor comercial: as aves exóticas e os paus-brasis. Porém, os lusos estariam diante de uma nova terra com novas gentes, batizada por Cabral de “verdadeira cruz”. A partir dessa ótica, as três araras simetricamente dispostas na forma de um triângulo poderiam simbolizar a Santíssima Trindade, ou a própria Terceira Idade, a Idade do Espírito Santo, quando o cristianismo se espalharia por todo o mundo. Se a fé que movia os lusos estaria aí caracterizada, sua experiência também fez com que essa carta fosse a mais aperfeiçoada até então conhecida. Como afirma o poeta Luís de Camões em *Os Lusíadas*: “(...) Não se aprende, Senhor, na fantasia / Sonhando, imaginando ou estudando, / Senão vendo, tratando e pelejando”.⁷

Além de estabelecer feitorias, os lusos trataram de reconhecer o amplo litoral brasileiro durante os primeiros anos do século 16. Uma prova disso seria a carta *Terra Brasilis*, cuja autoria é creditada a Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel (Imagem de abertura). É um manuscrito iluminado sobre pergaminho e faz parte de uma coleção realizada entre 1515 e 1519, o chamado Atlas Miller, considerado o mais importante atlas português do século 16. Ao contrário do planisfério Cantino, feito de forma clandestina, o luxuoso Atlas teria sido um presente de D. Manuel I (1469-1521) ao rei da

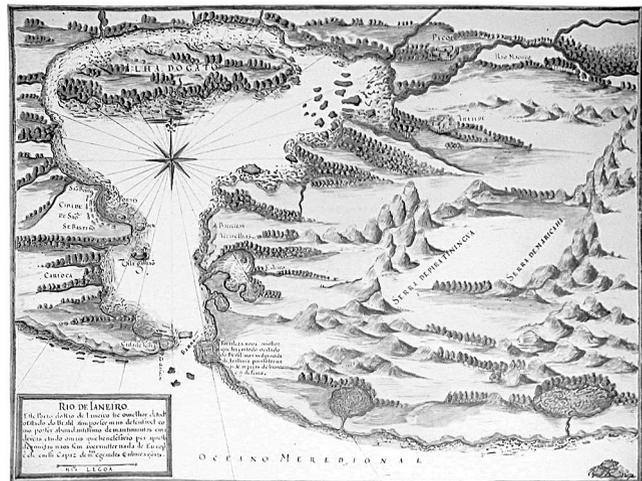
França. O rei português teria possíveis interesses políticos em apresentar-lhe as possessões de seu império. O litoral brasileiro está minuciosamente traçado, buscando-se a identificação de seus acidentes geográficos. Entretanto, as bandeiras portuguesas definem como domínios os estuários do Amazonas e do Prata. Isso se deu graças a um desvio no traçado da costa para incluí-los no hemisfério luso do Tratado de Tordesilhas. Além disso, os portugueses se representam como os senhores do Atlântico, pois suas caravelas se espalham por todo o oceano. O interior da terra, ainda desconhecido, é preenchido por representações dos seus habitantes, da flora, da fauna, além da figura mítica de um dragão. Entretanto, o principal tema representado é o corte de madeira nativa, considerado a primeira imagem de uma atividade econômica no Brasil. O que demonstraria, portanto, o caráter pragmático e mercantil dos portugueses. Além disso, é importante observar um trecho da legenda dessa carta, que destaca os aspectos aterrorizantes dos seus nativos:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do Rei de Castela. A sua gente é de cor escura. Selvagem e crudelíssima alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas (...).

Esta imagem do indígena brasileiro difere dos escritos dos primeiros cronistas lusos da terra brasileira, como Pero Vaz de Caminha: “E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa”.⁸ A antropofagia era comum entre a família Tupi-Guarani, que povoava grande parte da costa brasileira. Não era um hábito alimentar, mas fazia parte de um importante ritual daquelas sociedades. Entretanto, ao longo de diversas cartas quinhestistas lusas, o nativo brasileiro acabou por tornar-se uma figura bestial – ao contrário, por exemplo, da iconografia realizada pelos franceses. Ao longo do processo colonizador do Brasil, os missionários continuaram a vislumbrar as qualidades dos indígenas com o objetivo de catequizá-los. Os colonizadores, ao contrário, enfatizavam seus aspectos assustadores para escravizá-los. A figura do canibal retratada nas cartas poderia simbolizar, portanto, um entrave à colonização da região e, ao mesmo tempo, um escravo em potencial. Mais do que isso, a generalização da imagem do cruel antropófago poderia assustar possíveis invasores estrangeiros, desestimulando-os a empreender viagens para o Brasil. De acordo com o contra-almirante Max Justo Guedes, a cartografia de origem portuguesa “é calcada exclusivamente na experiência, incapaz de se deixar influenciar pela fantasia (exceto quando intencionalmente destinada a mistificar potências rivais) (...)”.⁹

A decisão de colonizar o Brasil tinha dois objetivos principais: garantir o monopólio da rota para as Índias e afastar os franceses que assediavam a costa desde princípios do século 16. O sistema de capitanias hereditárias, adotado em 1532, visava estabelecer mecanismos mais eficazes de controle sobre a costa brasileira. Mesmo com a instauração do Governo Geral, em 1549, a Coroa criava todas as dificuldades às entradas para o interior, com receio que se despovoasse o litoral. Sérgio Buarque de Holanda considera que a influência daquela colonização litorânea praticada pelos portugueses ainda persiste até nossos dias. “Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século 16, em região escassamente povoada (...)”.¹⁰ O período definido como União Ibérica (1580-1640) possibilitou o

preparo de numerosas expedições para os sertões, diluindo a fronteira de Tordesilhas. No entanto, a cartografia lusa de finais do século 16 e do 17 persiste em basicamente registrar o litoral brasileiro. Encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, um códice cujo título é “Livro que dá Rezão do Estado do Brasil”, de c. 1626. Seu texto é do sargento-mor Diogo Campos Moreno, e seus mapas foram identificados como de João Teixeira Albernaz. São 20 cartas que representam desde a costa meridional da América do Sul até o litoral do Maranhão e apenas duas plantas: da cidade de Salvador e do forte Novo da Passagem, localizado na Região Nordeste. A terceira carta do códice traçado por Albernaz se refere ao Rio de Janeiro. Nela está traçada a baía de Guanabara, além da faixa litorânea que segue na direção da região de Cabo Frio, com suas lagoas e cadeias montanhosas. A cidade de São Sebastião estende-se ao longo de seu porto, descrito na legenda retangular do canto inferior esquerdo da carta. É considerado o melhor do Estado do Brasil, por ser bem defendido e por ser “abundantíssimo” em madeiras para o reparo de naus, podendo receber muitas e grandes embarcações. Entretanto, é de estranhar o contraste entre a representação sumária da cidade e a ênfase dada na descrição de seu porto. Afinal, não são nítidos os morros onde estava situada, e seus edifícios são meros retângulos ao longo da costa. Há também que



se destacar a fortaleza de Santa Cruz, na entrada da baía, com a seguinte inscrição: "Fortaleza nova: a melhor que há em todo o Estado do Brasil, mas mal provida de Artilharia, por não ter mais que 11 peças de Bronze e 9 de Ferro". Mais uma vez percebem-se a mentalidade mercantil lusa e a prioridade na defesa da costa, colocando em segundo plano, por exemplo, a representação da cidade. Além disso, a sobriedade decorativa com que os cartógrafos lusos retrataram o Brasil do século 17 é nitidamente diferente dos mapas barrocos da ocupação holandesa,¹¹ que, ao contrário, teriam a finalidade de divulgar o Nordeste brasileiro a fim de que mais recursos fossem arrecadados para sua empresa colonial.

Por fim, a cartografia lusa da terra brasileira, no período compreendido entre os séculos 16 e 17, teria duas marcantes características: o esplendor e o sigilo. Esplendor por serem obras de arte cuidadosamente elaboradas, que representam com minúcia a costa brasileira e por vezes seus habitantes, sua flora e sua fauna. Sigilo por se tratar de objetos manuscritos, mantidos a princípio sob rígido controle, mas que se mostrou ineficaz mediante as práticas de suborno das outras potências. Mais do que isso, as cartas teriam relações com uma política lusa de nada divulgar sobre a colônia, que proibia – em contraste evidente com a América hispânica – a criação de universidades e muito menos a impressão de livros. As cartas são também um testemunho do primeiro processo humano de dimensões globais. Afinal, como afirma o historiador luso Vitorino Magalhães Godinho, "as navegações de descobrimento teceram uma rede mundial de rotas, pondo em mútua relação todas as civilizações que se tinham desenvolvido ao longo da linha costeira dos oceanos".¹² Desde então, a mobilidade de homens, mercadorias e conhecimento tornou-se cada vez maior, num processo que perdura até os dias atuais.

André Monteiro de Barros Dorigo é designer gráfico, mestre em História e Teoria da Arte pelo PPGAV/UFRJ e atualmente leciona na EBA/UFRJ.

Notas

- ¹ Dorigo, André Monteiro de Barros. *Esplendor e sigilo: o Brasil na cartografia portuguesa de 1502 a 1675*. Dissertação de mestrado em Artes Visuais do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, 143 f.
- ² A cartografia poderia ser definida como a ciência, a técnica e a arte de representar graficamente o espaço por meio de mapas, cartas e plantas. Em português, as palavras mapa e carta são quase-sinônimos. Entretanto, a primeira tende a definir documentos mais simples e esquemáticos, enquanto a segunda é aplicada aos mais complexos ou ligados à navegação. Já a palavra planta é utilizada quando se representa uma área bastante limitada, contendo muitos detalhes.
- ³ Knauss, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1997: 135.
- ⁴ Reis, Arthur César Ferreira. A era dos descobrimentos. In: *Revista do IHGB*, RJ, n. 287, 1970: 14.
- ⁵ A crença numa Terceira Idade teve como precursor o abade calabrés Joaquim de Fiori (1136-1202). Segundo a sua teologia, a Primeira Idade, ou período do Pai, seria o tempo em que os homens viviam segundo o Velho Testamento. A Segunda Idade, ou o período do Filho, seria a época na qual os homens viviam sob a luz do Novo Testamento. Finalmente, a Terceira Idade, ou idade do Espírito Santo, deveria ser disseminada pelas novas ordens religiosas recomendadas por de Fiori, que vieram a ser, possivelmente, a dos franciscanos e a dos jesuítas.
- ⁶ As cartas-portulano quase sempre representavam o mar Mediterrâneo e suas redondezas. Apesar de não possuir indicações de latitudes ou longitudes, a carta apresentava escalas gráficas em milhas e redes de linhas que partiam das rosas-dos-ventos, lembrando uma teia de aranha. Juntamente com a bússola, tais indicações forneciam os elementos essenciais para se estimar a direção, a posição e a distância percorrida pela embarcação.
- ⁷ Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. Canto X, 153. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991: 394.
- ⁸ Caminha, Pero Vaz de, *apud* Pereira, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999: 54.
- ⁹ Guedes, Max Justo. O reconhecimento do litoral brasileiro na primeira década do século 16. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 287, 1970: 467.
- ¹⁰ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997: 67-68.
- ¹¹ Sobre o assunto, ver Dorigo, André Monteiro de Barros. O Barroco na Cartografia de Georg Marcgraf. In: *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Rio de Janeiro, vol. I, 2004: 75-84.
- ¹² Godinho, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: Novaes, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998: 71.

